



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2422 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

PROCESSOS DE APRENDIZAGENS COM AS CARTAS DE MULHERES ENCARCERADAS: UMA PEDAGOGIA  
DECOLONIAL

Elaine Barbosa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado refere-se ao resultado da pesquisa que tem como escopo as experiências vivenciadas pelas/os agentes que compõem uma Instituição sem fins lucrativos e os processos de aprendizagens que visam a emancipação social. A partir das urgências sociais de sujeitas/escritoras em privação de liberdade, objetivou-se entender aspectos das narrativas produzidas por elas em suas cartas à referida instituição. Sob essa orientação, reconhecer os constructos da base desse ir e vir discursivo frente aos limites de nossa atuação como equipe. Trabalhou-se com a valorização de múltiplas formas de aprendizado em uma instituição do Movimento Negro definida como “espaço não formal de educação”. Inclui uma análise acerca das possibilidades da existência de saberes e conhecimentos “outros” que favorecem mudanças em termos das representações sociais de sujeitas femininas. Destacam-se aspectos relativos às vivências da população feminina e especificidades desta presença em um contexto de extrema negação de si e consequentemente, de opressão. Parte-se de uma abordagem metodológica onde a análise documental emergiu como um caminho de construção dos dados alcançados.

**Palavras chave:** Práticas alternativas de aprendizagem; Cartas de Mulheres encarceradas; Pedagogias Decoloniais

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado refere-se ao resultado da pesquisa que tem como escopo as experiências vivenciadas pelas/os agentes que compõem uma Instituição sem fins lucrativos e os processos de aprendizagens que visam a emancipação social. A partir das urgências sociais de sujeitas/escritoras em privação de liberdade, objetivou-se entender aspectos das narrativas produzidas por elas em suas cartas à referida instituição. Sob essa orientação, reconhecer os constructos da base desse ir e vir discursivo frente aos limites de nossa atuação como equipe. Trabalhou-se com a valorização de múltiplas formas de aprendizado em uma instituição do Movimento Negro definida como “espaço não formal de educação”. Inclui uma análise acerca das possibilidades da existência de saberes e conhecimentos “outros” que favorecem mudanças em termos das representações sociais de sujeitas femininas. Destacam-se aspectos relativos às vivências da população feminina e especificidades desta presença em um contexto de extrema negação de si e consequentemente, de opressão. Parte-se de uma abordagem metodológica onde a análise documental emergiu como um caminho de construção dos dados alcançados.

**Palavras chave:** Práticas alternativas de aprendizagem; Cartas de Mulheres encarceradas; Pedagogias Decoloniais

PROCESSOS DE APRENDIZAGENS COM AS CARTAS DE MULHERES ENCARCERADAS: UMA PEDAGOGIA  
DECOLONIAL

Na presente pesquisa concluída, analisa-se o potencial de conhecimentos e saberes gerados a partir do trabalho realizado com segmentos existentes nas diversas esferas que compõem o sistema carcerário e objetivou-se entender como essas relações geram autorias de conhecimentos que são historicamente invisibilizados. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa visando a compreensão dos dados apresentados ao longo da pesquisa, tomando como base os depoimentos das/os sujeitas/os privilegiadas/as como interlocutoras/as e os documentos/cartas escritos pelas apenadas/escritoras, que estiveram presas no sistema carcerário do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Menga Ludke (2012) “A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo” (MENGA, 2012, p.11).

Um dos aspectos relevantes deste trabalho foi investigar os registros das ações desempenhadas pelos segmentos produtores/construtores de saberes que permeiam o ambiente de uma Instituição sem fins lucrativos, por um lado. Por outro lado, a interlocução presente no ir e vir das cartas escritas por um grupo de mulheres que se fizeram presentes entre os/as profissionais do instituto. A articulação entre as redes que interagem com as práticas dessa esfera por sua vez, inspirada na luta de outros coletivos do Movimento Negro privilegia, a nosso ver, a localização de processos onde outros saberes foram acionados.

Convém ressaltar que o Instituto construiu ao longo dos últimos 27 anos, um histórico de luta pelos direitos sociais da população em privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro, que é constituído de sujeitas, em sua maioria, mulheres negras e atuou a partir de atividades que envolvem assistência jurídica, assistência social e educacional com o propósito de diminuir a violência.

Em se tratando do contexto brasileiro e do encarceramento de mulheres, além do histórico de omissão do Poder Público frente à população encarcerada brasileira, nota-se a ineficácia das Políticas Públicas voltadas aos Direitos Humanos respeitando as especificidades relacionadas à questão de gênero. Importante salientar que podemos considerar que existem direitos das mulheres presas específicos que são violados cotidianamente, que se relacionam com a precarização de inúmeros direitos, assim como o direito de reintegração à sociedade através do trabalho, educação, e restabelecimento de novos vínculos familiares. Nosso esforço, na pesquisa aqui apresentada é recuperar alguns aspectos apreendidos da atuação junto ao Instituto.

### ***Nessa cela, não há mulheres de olhos azuis.***

Quando refletimos sobre os corpos aprisionados, tanto nas cadeias femininas quanto nas masculinas, encontramos por unanimidade a especificidade do determinado grupo social: são pobres. Em relação à etnia, estudos qualitativos e quantitativos, tais como, os promovidos pelos órgãos da justiça e pesquisas acadêmicas nos indicam: são negros. Ao pensar sobre a seletividade operacionalizada pelo sistema penal que encarcerou em maior número o perfil já mencionado, a autora Vera Regina Andrade, nos indica que:

A seletividade é, portanto, a função real e lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, comum às sociedades capitalistas patriarcais. E nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela na prisão, ao revelar que a construção (instrumental e simbólica) da criminalidade- a criminalização- incide seletiva e de modo estigmatizante sobre a pobreza e exclusão social, majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente (embora de forma crescente) feminina (ANDRADE, 2012, p. 138)

De acordo com o pensamento de Andrade, a seletividade é operacionalizada de forma regulada e “direcionada para homens jovens, pertencentes aos mais baixos estratos sociais e em grande medida não brancos”, e venho a acrescentar a problematização do crescente encarceramento de mulheres que compõem este mesmo perfil. A desigualdade na operacionalização do sistema jurídico penal, discrimina e reafirma o racismo existentes nas esferas institucionais e no imaginário do senso comum em nossa sociedade.

Rita Segato, considera que: “El “color”de las cárceles es el de la raza, no en el sentido de la pertenencia a un grupo étnico en particular, sino como marca de una historia de dominación colonial que continua hasta nuestros días.”(SEGATO, 2013, p.245). A autora faz uma crítica ao ambiente prisional latino-americano ocupado pela população não branca como reflexo de um mundo colonial. Também de acordo com a obra “Cor e Criminalidade” de Carlos Antônio Ribeiro:

Segundo autores, como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, os pretos e pardos tem uma propensão biológica para o crime. Já Nelson Hungria e Arthur Ramos afirmam que os pretos e pardos tem mais tendências criminais porque se encontram num estado de “atraso cultural”. Todos esses autores, assim como o pensamento do senso comum na sociedade brasileira, acreditam que negros e pobres cometem mais crimes do que brancos e ricos (RIBEIRO, 1995, p. 143).

O referido autor desenvolveu um estudo crítico entre as décadas de 1900 e 1930 sobre cor e criminalização a partir de vários processos judiciais no Estado do Rio de Janeiro e ainda constatou que a “representação social que relaciona “cor ou raça e criminalidade” contribuía para aumentar as probabilidades de condenação de pretos e pardos e diminuir as chances de condenação entre brancos acusados de um mesmo delito” (RIBEIRO, 1995, p. 144).

De acordo com as premissas mencionadas, sugerir que pobres e pretos são mais propensos ao crime do que ricos e brancos é parte de um processo colonial e racista que se perpetua por séculos não apenas no Brasil, mas no mundo.

O superencarceramento desenfreado de mulheres nos últimos anos vem reforçando os estereótipos machistas onde resiste o controle social, seletivo e desigual sobre o corpo feminino. Portanto, como um sistema social, a penitenciária representa uma tentativa de criação e manutenção de um grupamento humano submetido a um regime de controle total. Quando citamos dados estatísticos, em relação ao cárcere feminino e suas especificidades, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN), no período entre os anos de 2000 a 2014, a População carcerária feminina subiu de 5.601 presas para 37.380, configurando-se um crescimento de 567% em 15 anos. A maioria dos casos é por tráfico de drogas, motivo de 68% das prisões. Os dados integram o INFOPENMulher que, pela primeira vez, aprofunda a análise com o recorte de gênero.

Complementando os dados estatísticos, quando nos referimos à cor dessas mulheres que ocupam o cárcere brasileiro, segundo o INFOPEN: No total, as mulheres representam 6,4% da população carcerária do Brasil, que é de aproximadamente 607 mil detentos. O estudo também revelou que a maioria das mulheres presas no país (68%) é negra, enquanto 31% são brancas e 1%, amarela. No Acre, 100% das detentas eram negras em junho de 2014. Quanto à faixa etária, cerca de 50% das mulheres encarceradas têm entre 18 e 29 anos; 18%, entre 30 e 34 anos; 21%, entre 35 e 45 anos; 10% estão na faixa etária entre 46 e 60%; e 1%, tem idade entre 61 e 70 anos. Quando o assunto é escolaridade, apenas 11% delas concluíram o Ensino Médio e o número de concluintes do Ensino Superior ficou abaixo de 1%. Metade das detentas (50%) possui o Ensino Fundamental incompleto e 4% são analfabetas.

Para pensar a possibilidade mencionada e investigar o lugar dessa mulher encarcerada, encontrar atalhos para a compreensão dos efeitos da ineficácia do sistema penitenciário atual. É pertinente e plausível à concepção de descolonização de formas hegemônicas de dominação opressora como forma interventiva. Faz-se relevante aqui o pressuposto de Cláudia Miranda (2006) sobre a descolonização da consciência:

Descolonizar o pensamento, reconhecer as outras formas de interpretação da(s) história(s) são interesses de nações inteiras fixadas em acordo com o modelo civilizatório do mundo colonial. A partir deste lugar predefinido, inúmeros grupos foram racializados para atender à lógica da condição de subalternidade, assim, fixação identitária converteu-se em um produto da eficácia das relações assimétricas de poder inauguradas com o colonialismo (MIRANDA, 2006, p.53).

A “eficácia colonial” é, portanto, um dos obstáculos a ser superado quando pensamos a nossa própria formação como pesquisadores/as no campo da Educação. Sobre os lugares pré-determinados que mencionou Miranda, é imperativo assumirmos outros compromissos com a teoria e enfrentar a ausência de problematização acerca do tema abordado.

Seguindo a lógica da opressão colonial, Gatharry Spivak nos convida à reflexão diante da afirmativa: “Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014, p.67). Essa abordagem tem permeado a análise do estudo aqui apresentado que está a partir do anseio de produzir conhecimentos “alternativos”, para desenvolver a pesquisa pautada em um pensamento *outra*[2] que anuncie possibilidades *outras* que desvelem outros lugares de enunciação.

Um aspecto curioso nas escritas femininas é o sentimento expresso pela culpabilidade de seus crimes, afirmação ao merecimento do castigo ao corpo e alma por ter infringido “a lei dos homens”. Certamente, conhecer as experiências destas mulheres no sentido de visibilizá-las, foi maior desafio deste trabalho porque trata-se do universo da violência que revela a colonialidade do poder, do ser e do saber.

### ***Processos de aprendizagens e (des)ap aprendizagens com as narrativas das mulheres encarceradas: uma pedagogia decolonial***

Cabe ressaltar que o objeto de pesquisa em análise são cartas epistolares, ou seja, consideradas como gêneros de discursos, como fonte documental que revelam narrativas de um determinado tempo e espaço. A escrita é considerada como uma prática ocidental, hegemônica, possível somente para aqueles que detém o poder do conhecimento da escrita, porém é único meio possível de comunicação em determinados espaços, assim como, o cárcere brasileiro. Para tanto, as sujeitas que habitam o espaço do carcerário feminino se reinventam com seus escritos não padronizados pela “norma culta”, desvelando a potencialidade de outras formas de comunicação. As cartas nos remetem a oralidade cotidiana particular de cada trajetória narrada por suas vidas encarceradas.

Para tanto, sugiro a relevância dos estudos destes escritos para as ciências sociais e humanas, também para os estudos na perspectiva decolonial alinhados a produção de conhecimentos a partir da diferença colonial (MIGNOLO, 2003). Há a necessidade de visibilizarmos as sujeitas subalternizadas potencializando suas formas de se expressar no mundo como um compromisso intelectual decolonial.

Atualmente no Brasil, vivenciamos uma onda de retrocesso nas políticas democráticas que acarretam no recrudescimento das leis impostas aos grupos marginalizados pela sua racialização. São pobres e afetam diretamente a vida de mulheres que se tornam cada vez mais vulneráveis. Mediante a este quadro, quais propostas podem ser pensadas para subverter a lógica de opressão?

Segundo Walsh, são nestes momentos que o campo da resistência se faz presente com lutas que requerem aprendizagem, desaprendizagem e reaprendizagem a partir da ação, criação e intervenção:

Son estos momentos complejos de hoy que provocan movimientos de teorización y reflexión, movimientos no lineales sino serpentinos, no anclados en la búsqueda o proyecto de una nueva teoría crítica o de cambio social, sino en la construcción de caminos de estar, ser, pensar, mirar, escuchar, sentir y vivir con

È nesse sentido que sugerimos a proposta de percorremos outros atravessamentos na perspectiva da decolonialidade. Pensando o lugar de silenciamento que as mulheres encarceradas ocupam na sociedade, entendemos como uma urgência :

Defender pedagogias decoloniais faz parte de uma visão educacional emergente e que será mais bem compreendida quando alinhadas aos estudos desenvolvidos no âmbito da América Latina, principalmente no diálogo com os movimentos sociais que lutam contra processos de subalternização. (MIRANDA;RIASCOS, 2016, p. 568)

De acordo com o pensamento acima, passa a ser um passo indispensável viabilizar as aprendizagens considerando os conhecimentos a partir dos conhecimentos produzidos pelas sujeitas encarceradas que tecem escritos de dor, desumanização, objetificação de seus corpos e quando possível o amor a partir da interversão de um espaço significado pelas lutas antirracistas alinhadas aos movimentos sociais.

As mulheres encarceradas que se correspondem com instituto demonstram anseios em comum. Antes do delineamento das categorias que nortearam este estudo, foram realizadas as leituras das cartas advindas do cárcere feminino entre os anos de 2010 e 2016. Com a finalidade de apreender os aportes que poderiam ser relevantes para a pesquisa em educação, nos deparamos com questões situacionais únicas.

Percebe-se que em cada carta vem a elaboração de uma trajetória única, singular que se diferencia também pela forma de escrita, pelo direcionamento que é dado ao interlocutor. A forma como escrevem nos envelopes das cartas e a expressão representada em versos ou em arte são exemplos dessa singularidade. O fato é que as particularidades circulam nas entrelinhas demonstrando aspectos que não devem passar despercebidas.

Por tanto, demonstram, ao meu ver, o processo de reconhecimento do outro, que aproxima estes sujeitos produtores de saberes, e conflitam com o suposto distanciamento entre aquela mulher e o seu interlocutor. A intervenção dialógica, do eu com o outro, sugere a mediação situacional no movimento educativo, ou seja, “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”. (FREIRE, 2011,p. 133).

De acordo com Paulo Freire, o estreitamento da distância no movimento dialógico diminui a estranheza no encontro da realidade vivenciada pelo outro. Quando referencio a pedagogia que se aproxima da população marginalizada, estou considerando os povos racializados, invisibilizados, culturalmente excluídos do mundo colonial e ainda estigmatizados socialmente pela figura da mulher criminosa.

### **Considerações finais**

A pesquisa revela e nos ensina, que estamos tratando de um quadro que reflete um contexto estrutural de discriminação, subalternização e precarização da mulher encarcerada. E que de forma alternativa, as ações desenvolvidas pelo referido Instituto trabalham no sentido de tentar apaziguar o sofrimento destas mulheres a partir do encaminhamento possível de ser realizado.

Estivemos preocupados em apresentar estes saberes, que eclodem em espaços de opressão para o espaço acadêmico e problematizá-los mostrando as complexidades dos aportes apresentados dialogando com epistemologias latino-americanas e nos desafiando pela busca por caminhos alternativos não eurocentrados a fim de enfrentarmos o campo da pesquisa na educação.

Consideramos que a pesquisa aponta caminhos para outras práticas alternativas pedagógicas que se desenvolvem a partir do outro, este subalterno à civilização no contexto latino americano. Estamos frente a uma pesquisa que não apresenta um fim em si mesma, mas que aponta para a (re)significação de vozes emergentes ensejando a proposta de abertura ao diálogo acadêmico, que nos tragam percepções de outros conhecimentos, outros agenciamentos e culturas até então silenciados pelos saberes eurocêntricos.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* São Paulo: Paz e Terra, 2011.

INFOPENMulher. Sistema integrado de informação penitenciária. *População Carcerária Feminina 2014*. Disponível em [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br). Último acesso em 18/11/2017

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminal* Walter D.Mignolo; Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, Cláudia. *Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodescendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia*. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. 2006.

MIRANDA, Cláudia; RIASCOS, Fanny Milena Quiñones. *Pedagogias decoloniais e interculturalidade: Desafios para uma agenda educacional antirracista*. Educ. Foco. Juiz de Fora, v21, n 3, p. 545-572, Set/Dez 2016

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e Criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa –Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: Las insurgências político-epistêmicas de refundar el Estado*. Tabula Rasa, Bogotá – Colômbia, 2008.

[1] A cor da prisão é a da raça, não no sentido de pertencer a um determinado grupo étnico, mas sim como uma marca de uma história colonial que continua até hoje. (tradução livre)

[2] Para a proposta investigativa do Grupo Modernidad/Colonialidad esse *Outro*, marca o lugar fictício que aqueles e aquelas foram situados pelo Projeto Colonial que ainda permanece nas relações diversas no momento atual.

[3] São esses momentos complexos de hoje que provocam movimentos de teorização e reflexão, não movimentos lineares, mas serpentinos, não ancorados na busca ou no projeto de uma nova teoria crítica ou mudança social, mas na construção de estradas - de ser, estar, pensar, olhar, ouvir, sentir e morar com significado ou horizonte de (s) colonizar. ( tradução livre)